

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 15.390 - DF
(2018/0302019-2)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : JARBAS GOMES DE MIRANDA
ADVOGADOS : ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS -
PE020304
BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA - PE019805
EXECUTADO : UNIÃO

DECISÃO

Verifica-se que o acórdão exequendo determinou, efetivamente, a incidência de juros de mora e correção monetária. A despeito disso, considerando que a executada em sua impugnação sustenta, entre outras questões, que a execução deve-se limitar ao valor nominal da portaria de anistia, a incidência de tais consectários constitui a parcela controversa do crédito - o que será analisado oportunamente.

Nesse contexto, defiro o pedido de expedição de precatório/requisição de pequeno valor referente à **parcela incontroversa do crédito**, em montante correspondente a R\$ 187.837,06 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e seis centavos) - fl. 22, com destaque do percentual relativo aos honorários de advogado (10% - dez por cento).

Registro que *"a orientação da Corte Especial/STJ firmou-se no sentido de que, em sede de execução contra a Fazenda Pública, é possível a expedição de precatório referente à parcela incontroversa do crédito, ou seja, em relação ao montante do valor executado que não foi objeto de embargos à execução"*, sendo que, *"no âmbito federal, a orientação deste Tribunal foi consolidada na Súmula 31/AGU, in verbis: 'É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública.'* (REsp 1566056/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 09/12/2015).

Remetam-se os autos à Coordenadoria de Execução Judicial para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Primeira Seção